

Uma perspectiva multilateral para a prevenção da violência na América Latina¹

Flávia Carbonari

Consultora especialista em desenvolvimento social e segurança cidadã do Banco Mundial. Mestre em estudos latino-americanos pela Georgetown University. Assessora especial na Secretaria de Coordenação, Planejamento e Formação do Ministério da Segurança da Argentina.

fcarbonari@worldbank.org

Gregor Wolf

Coordenador das Operações Setoriais na área de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial no Brasil. Doutor em Biologia pela Universidade de Hamburg, Alemanha.

gwolf@worldbank.org

Joan Serra Hoffman

Especialista sênior em prevenção da violência no Banco Mundial. Doutora em Políticas Sociais pela Brandeis University.

jhoffman2@worldbank.org

Dino Capriolo

Especialista Principal em Modernização do Estado no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Coordenador responsável pelos setores de Segurança Cidadã e Modernização do Estado do BID para o Brasil. Graduado em Economia pela Universidade Nacional Autónoma Metropolitana do México. Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de George Washington e MBA pela Universidade Torcuato di Tella em Buenos Aires, Argentina.

dinoc@iadb.org

Resumo

Este artigo apresenta uma perspectiva de agências multilaterais sobre segurança cidadã na América Latina e, especificamente, no Brasil. Baseado na experiência do Banco Mundial e do BID, discute a abordagem teórica e o marco operacional das duas instituições na agenda de segurança, enfatizando a importância dos investimentos em prevenção da violência, sobretudo focada em jovens. Reflete sobre o potencial e dever das multilaterais na promoção da segurança cidadã na região e discorre sobre os diferentes mecanismos de cooperação utilizados. Por fim, destaca a vocação dos municípios na prevenção da violência, ressaltando a importância do apoio dos organismos internacionais a governos locais para a promoção de cidades e países mais seguros.

Palavras-Chave

Prevenção da violência. Organismos internacionais. Violência juvenil. Segurança cidadã. Municípios e segurança cidadã.

CONTEXTO

O Brasil obteve importantes avanços sociais e econômicos na última década. Pobreza e desigualdade decresceram com rapidez poucas vezes igualada no contexto internacional, índices educacionais e de saúde pública melhoraram e a população ganhou mais oportunidades para si e para as gerações futuras. No entanto, a criminalidade e a violência persistem como um dos principais desafios para assegurar e multiplicar essas conquistas.

Atualmente, cerca de um terço dos homicídios do mundo acontece na América Latina, apesar da região concentrar apenas 8% da população mundial. Com quase 60.000 assassinatos por ano, o Brasil responde sozinho por 11% do total global de homicídios². A maioria desses crimes ocorre em zonas urbanas, onde 80% dos latino-americanos e 85% dos brasileiros residem³. A região é hoje considerada não apenas a mais urbanizada do planeta, mas também a mais violenta. Nesse contexto, não é de surpreender que 41 das 50 cidades

mais violentas estejam mapeadas em países latino-americanos, segundo o último ranking da ONG Mexicana Seguridad, Justicia y Paz (2016). Destas, 21 são brasileiras (42%).

A violência urbana também vem se transformando e deixando de ser um problema apenas da cidade grande. Embora as capitais concentrem cerca de 28% de todos os homicídios brasileiros, a criminalidade em cidades menores vem avançando de maneira consistente e acelerada nos últimos anos, trazendo novos desafios para a gestão pública local (IPEA; FBSP, 2016).

Dentro dessas cidades, sabemos também que a violência letal se distribui de maneira desigual, afetando territórios e populações de maneira distinta. A violência letal tende a concentrar-se em bairros específicos e até mesmo nas ruas. Esses dados são fundamentais para a administração da segurança e o desenvolvimento de políticas de prevenção no nível lo-

cal. Em 2014, por exemplo, 25% dos homicídios do país ocorreram em apenas 470 bairros (CERQUEIRA et al., 2016). Na maioria dos casos, as áreas onde há maior concentração da criminalidade já sofrem com menor acesso a serviços públicos e maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social, com altos níveis de abandono escolar, repetência, distorção idade-série e reprovação, além de altos níveis de desemprego juvenil e de uma presença elevada de jovens que não estudam nem trabalham.

Além da concentração em certos territórios, os altos índices de violência também afetam determinados subgrupos de maneira desproporcional. Em todos os países da região, vítimas e perpetradores são, em sua maioria, jovens do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. Nas Américas Central e do Sul, por exemplo, a taxa de homicídios para essa população é quatro vezes maior que a média mundial (UNODC, 2014). No Brasil, jovens representaram mais da metade de todos os homicídios, em 2013, apesar deste segmento compor apenas 25% da população nacional. Apenas naquele ano, o país perdeu mais de 30 mil jovens para a violência. Homicídio tem sido a principal causa de morte entre brasileiros de 15 e 24 anos desde os anos 1980 (FBSP, 2015).

A criminalidade e a violência são um fenômeno complexo e multicausal, assim como a vulnerabilidade juvenil à violência, que envolve as diversas dimensões da vida do jovem: educação, trabalho, família, saúde, renda, desigualdade racial. No Brasil, sabemos que 6,8 milhões desses jovens (quase 14% do total deste grupo) **não estuda nem trabalha** (IBGE, 2015). A esse problema agregamos ainda um outro, que é o componente racial: 2 de cada 3

vítimas de homicídios registrados no país hoje são afrodescendentes, 76% dos quais jovens negros. O risco de jovem negro ser assassinado no Brasil tem aumentado e supera em 2,5 vezes a possibilidade de um jovem branco ser vítima de homicídio (BRASIL, 2015).

Todos esses dados se traduzem em uma também crescente sensação de insegurança, que altera comportamentos de uso do espaço público e afeta a qualidade de vida de todos os cidadãos. De acordo com a pesquisa de opinião LAPOP, em 2014, 49.6% dos brasileiros consideravam crime, violência ou insegurança o problema mais importante de seu país (contra 36.9% em 2012) (LAPOP, 2015). Em média um em cada três adultos latino-americanos se sentia inseguro em seu país (LAPOP, 2015).

A dinâmica da violência descrita acima traz custos sociais enormes, afetando indivíduos, famílias e a sociedade como um todo, representando um dos mais persistentes e caros entraves ao desenvolvimento e bem-estar social. Resultados preliminares de um estudo sobre os gastos com segurança e custos da violência no Brasil, encomendado pelo Banco Mundial, indicam que o país gastou cerca de R\$ 73 bilhões com segurança pública em 2014, equivalentes a 1,3% do PIB nacional (LIMA et al., 2016). Já os custos sociais da violência sobre o PIB, de acordo com a soma do total das causas externas e do total dos custos da perda de capital humano, medida por anos de vida perdidos, equivaleram a cerca de 2,53% do PIB brasileiro, em 2013. Outro estudo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostrou que em Honduras, o país com a maior taxa de homicídios por 100.000 habitantes da América Latina,

o custo total do crime e da violência chega a 4.6% do PIB; no Chile, um dos países com taxas mais baixas de violência homicida na região, tais custos equivalem a 1.8% (GAMBI, 2016).

É nesse contexto de tantas vidas perdidas e altos custos socioeconômicos para o desenvolvimento latino-americano que a segurança cidadã e a prevenção da violência devem ser uma prioridade para os organismos internacionais. A aprovação da nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável pela Assembleia das Nações Unidas, em 2015, contendo em seu objetivo 16 a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, o acesso à justiça para todos e a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, é mais um incentivo e reconhecimento da relevância do tema na agenda de cooperação internacional.

COMO ORGANISMOS INTERNACIONAIS PODEM CONTRIBUIR?

Nos últimos 15 anos, o Banco Mundial e o BID vêm se engajando cada vez mais na área de segurança cidadã no Brasil e na América Latina como um todo. Esse direcionamento é uma resposta direta à crescente demanda dos governos e cidadãos latino-americanos por países e cidades mais seguras, também reflexo dos altos e crescentes níveis de violência em muitos lugares da região.

Mas, como é esse engajamento e como podem e devem contribuir esses organismos para uma América Latina e um Brasil mais seguros? As possibilidades de cooperação são diversas e, embora a ênfase de certas temáticas ou linhas de apoio varie de um organismo a outro, de

acordo com suas prioridades institucionais e com aquelas acordadas com os países, os principais focos de ação baseiam-se em princípios comuns e enfatizam temáticas similares, guiados pela evidência empírica.

Segundo Tomesani (2015), a agenda proposta por organismos internacionais na área de reformas do setor de segurança tende a concentrar-se em temas como segurança urbana, prevenção da violência juvenil, construção da paz, violência armada, prevenção de conflitos e segurança relacionada à pobreza. Essa agenda estaria, portanto, mais focada no enfrentamento dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção que podem tornar indivíduos e comunidade resilientes à violência.

O trabalho do Banco Mundial e do BID na área de segurança na América Latina e no Brasil segue essa tendência, sobretudo em pautas que dizem respeito à promoção da segurança urbana e à prevenção da violência juvenil. A agenda de cooperação de ambas organizações está baseada em uma abordagem abrangente que envolve o trabalho com diferentes instituições e setores (público, privado, da sociedade civil) para aumentar a resiliência dos grupos sob maior risco de vitimização e desenvolver a capacidade dos governos para entender e responder ao crime e à violência e atenuar o impacto nos indivíduos, na família, na comunidade e na sociedade.

Esse trabalho parte de teorias de mudança e evidência empírica sobre a efetividade de certas intervenções na redução do crime e da violência, em sua maioria focalizadas em territórios e populações mais vulneráveis, combinando

medidas de urbanização com outras de desenvolvimento social e econômico local.

Jovens são a população-alvo de muitos dos programas promovidos, com intervenções que buscam seu desenvolvimento físico, emocional, cívico, intelectual e profissional. Mulheres, outro grupo vulnerável e sob maior risco de vitimização, também são um foco importante desses programas, centrados em iniciativas que buscam fortalecer medidas de apoio às vítimas de violência de gênero, bem como fomentar mudanças culturais por parte de seus perpetradores.

Embora existam poucos estudos que examinem de maneira mais ampla o papel e o desempenho das agências internacionais no campo específico da reforma do setor da segurança pública, alguns deles apontam para a existência de certa resistência destas agências para lidar com questões relacionadas diretamente a organizações de aplicação da lei, como aponta Tomesani (2016)⁴. No entanto, é importante destacar que organismos multilaterais também podem ter incidência sobre assuntos policiais, por meio do apoio a reformas, fortalecimento de abordagens comunitárias e processos de fortalecimento do diálogo e transparência dos serviços policiais.

Dada a natureza multicausal do crime e da violência, a agenda de apoio internacional também incorpora no âmbito local iniciativas que buscam melhorar a prevenção, o controle qualificado e a investigação do crime, fortalecendo os sistemas de informação e a coordenação e articulação dos entes estaduais que operam no sistema de justiça criminal. Os esforços privile-

giam a implementação efetiva de uma polícia orientada para a solução de problemas, de proximidade e comunitária, que responda às prioridades e às demandas da cidadania por serviços de segurança de melhor qualidade. Finalmente, os programas incorporam atividades de gestão estratégica e integrada das forças policiais, assim como de controle externo e interno do uso da força nos territórios onde se implementam as intervenções. Busca-se também influir em uma agenda de gestão voltada para resultados, com apoios que visam à melhor administração dos recursos destinados ao setor de segurança.

Sabe-se que a falta de coordenação é um dos grandes desafios da gestão, e isso se faz especialmente necessário no caso do enfrentamento de um fenômeno tão multicausal como o crime e a violência, que requer uma resposta multissetorial coordenada. Por isso, as iniciativas de fortalecimento da gestão da segurança pública incluem o fomento à coordenação e integração de diversos atores governamentais de diferentes instâncias e setores, bem como dos não governamentais.

Em resumo, o trabalho do BID e do Banco Mundial na área de segurança na América Latina tem como prioridades: (i) apoiar uma abordagem integral das condições de criminalidade e violência juvenil, incluindo atividades de policiamento comunitário com participação ativa da sociedade civil organizada e oferta de serviços de cultura, esporte e lazer para jovens, principalmente nas regiões que apresentam os maiores índices de violência; (ii) fomentar a melhora da gestão da segurança através do intercâmbio de informação, coleta de dados, coordenação entre distintos órgãos policiais,

administrativos e da justiça; (iii) apoiar a ações de prevenção e redução da vulnerabilidade de jovens em situações de violência, por meio da criação de oportunidades de inclusão social; e (iv) incrementar a eficiência dos recursos, através da melhoria e inovação dos mecanismos e modelos de gestão.

Por fim, é importante destacar que os organismos internacionais podem – e devem – influir em certas pautas que possam ser mais sensíveis politicamente para alguns governos. Entre elas, destacamos a promoção da transparência de dados e prestação de contas na área de segurança; a necessidade de promover a participação cidadã na priorização, desenho, monitoramento e avaliação de políticas do setor; e a ênfase em uma pauta de segurança cidadã focada nos direitos humanos. Essa ingerência pode dar-se por meio do diálogo permanente, capacitação de funcionários e promoção de intercâmbios sobre experiências nessas áreas, bem como via inclusão de condições e indicadores de resultado exigidos como contraparte em projetos.

LINHAS DE TRABALHO

No marco de intervenção descrito acima, são diversas as linhas de cooperação estabelecidas e as iniciativas para promovê-lo, seja via operações técnicas ou financiamentos diretos a governos para a implementação de políticas e programas. A crescente carteira desses organismos na área de segurança abrange uma gama de atividades que vão desde instrumentos para apoiar o diálogo sobre políticas de segurança a medidas que apoiam diretamente uma reforma política ou intervenções específicas, como veremos a seguir.

Uma primeira linha de ação consiste em fomentar pesquisas e análises que contribuam para a compreensão das causas, dos fatores geradores desses contextos de violência e de seus custos, para a identificação e recomendação de possíveis soluções; e criação ou fortalecimento de observatórios para entender as dimensões, tendências e características da violência. Busca-se, dessa maneira, gerar conhecimento contextualizado e específico que possa informar as estratégias de cooperação a serem desenvolvidas. Tais estudos e sistemas contam com expertise internacional, adquirida por esses organismos no trabalho desenvolvido em países que enfrentam desafios similares e que tiveram experiências bem-sucedidas no combate à violência, com a expertise nacional de acadêmicos e universidades de ponta ou de organizações não governamentais e *think tanks* dedicados à pesquisa⁵.

Uma segunda linha de trabalho foca na capacitação e formação de governos nacionais, estaduais e municipais, assim como de outros atores relevantes, e no fortalecimento das instituições dos diferentes países por meio de assistências técnicas. Para além das áreas específicas referentes a diferentes temas da agenda de segurança, como violência juvenil, violência contra a mulher e sistemas de justiça criminal, uma área fundamental para formação é a de qualificação de coletas e análise de dados e sistemas de informação de segurança.

O fortalecimento de sistemas de informação é também fundamental também para a promoção de uma cultura de monitoramento e avaliação na área de segurança, ao prover informações de qualidade que ajudem a identi-

ficar e sistematizar os resultados de diferentes políticas e programas. Com isso, pretende-se uma melhor otimização dos recursos públicos. Por isso, a agenda de cooperação também deve incluir o financiamento de avaliações – muitas vezes demasiado caras para governos – que permitam aos gestores identificar os resultados e destinar melhor seus recursos, fornecendo uma contribuição sistemática que vai além dos ciclos políticos.

Um terceiro mecanismo de cooperação consiste na promoção de intercâmbios de conhecimento com outros países e regiões, fomentando a troca de experiências e o aprendizado sobre práticas promissoras e permitindo a disseminação das experiências nacionais.

Em quarto lugar, mas nem por isso de menor importância, estão os empréstimos para investimentos específicos, que incluem atividades como prevenção social da violência; prevenção, controle e investigação policial do crime; e ressocialização de infratores de lei. Os empréstimos podem ser para investimentos diretos em programas ou projetos cujo objetivo seja a redução dos níveis de crimes violentos em municípios com alta presença de criminalidade. O seu enfoque integral garante que as intervenções respondam aos fatores causais da violência e permitam levar a uma redução efetiva da vitimização por meio da implementação de iniciativas que contam com evidência empírica de efetividade, como policiamento comunitário, centros para a juventude, melhora dos processos de ressocialização e fortalecimento de mecanismos de prevenção da violência de gênero e proteção às vítimas.

O FOCO EM MUNICÍPIOS

Apesar dos altos índices de violências em tantas cidades, o crime e a violência não são fenômenos intrínsecos ao espaço urbano. Nas últimas décadas, algumas cidades tornaram-se emblemáticas na redução significativa e permanente de índices de violências letal. Nos anos 1990, cidades como Nova Iorque, Boston e Los Angeles, nos EUA, adotaram estratégias compreensivas de redução à violência com resultados impressionantes. Um pouco mais tarde, Bogotá e Medellín, na Colômbia, se tornariam referências mundiais no combate ao crime e à violência. Anos depois, no Brasil, casos como de Diadema, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife ganharam destaque.

Embora as estratégias utilizadas e os contextos sejam diferentes, é possível identificar algumas tendências similares em vários desses casos. Nas cidades colombianas mencionadas, por exemplo, estratégias integrais de segurança incluíram uma combinação de intervenções no espaço urbano, sociais (focadas em territórios com maior índice de homicídios, com diversas campanhas educacionais e projetos para jovens), todas guiadas por informações de qualidade geradas por observatórios que permitiam identificar com precisão fatores geradores de violência, desenhar ações focalizadas e medir sua evolução e resultados para realizar os ajustes necessários. A liderança política contínua e sistemática, para além de partidos políticos ou governos distintos, também foi crucial neste e em outros casos de queda significativa e constante dos índices de violência (CARBONARI; WILLMAN; LIMA, 2016).

Hoje, mais e mais observadores estão olhando para as estratégias bem-sucedidas, e às vezes inovadoras, de cidades latino-americanas para identificar boas práticas de redução e prevenção do crime e da violência. Governos locais são cada vez mais reconhecidos como linha de frente na prevenção da violência urbana e como uma fonte de inovação importante em políticas públicas. Isso porque autoridades municipais normalmente possuem uma compreensão mais ampla e ao mesmo tempo detalhada do contexto de suas cidades. Por estarem, em muitos aspectos, mais perto de seus constituintes, governos municipais, quando suficientemente competentes para elaborar e executar políticas de prevenção, podem identificar as áreas geográficas e populações em risco e recursos de destino de forma mais eficaz (SOARES, 2006; BEATO, SILVEIRA, 2014).

No Brasil, por muito tempo entendeu-se que a promoção da segurança não era um dever dos municípios, uma vez que cabe aos Estados o gerenciamento das polícias militares e civis. Com a evolução da compreensão do conceito de segurança como algo não restrito a assuntos policiais e o aumento da demanda de cidadãos por respostas aos crescentes índices de criminalidade e violência, muitos governos municipais passaram a exercer sua vocação na promoção da segurança cidadã, por meio de um enfoque em políticas e programas de prevenção.

Nesse contexto de mudança de paradigma e de abordagem focada em fatores de riscos, o Banco Mundial e o BID têm financiado componentes de segurança cidadã em um conjunto de programas que buscam melhorá-la, ao mesmo tempo em que promovem o desenvol-

vimento urbano e a atividade econômica dos municípios. As iniciativas apoiadas diretamente no nível municipal são focadas em atividades de prevenção social da violência, partindo do reconhecimento de que a violência quebra o tecido social, detém o crescimento econômico e fragiliza a legitimidade institucional. Assim, iniciam-se sempre com um diagnóstico específico do município, o que permite identificar os fatores causais do problema e definir alternativas de solução. Em todos os casos, apoia-se primeiramente o desenvolvimento de um plano estratégico de segurança pública no âmbito municipal, fortalecendo os sistemas de informação da criminalidade e violência para apoiar a tomada de decisões, fortalecendo as capacidades municipais de identificar padrões e tendências criminais, assim como definindo ações para a redução do crime e da violência.

O enfoque das intervenções na redução de criminalidade e violência é integral, e incorpora atividades nos eixos críticos de: prevenção social do crime; prevenção, controle e investigação policial; e reabilitação e ressocialização dos infratores da lei.

Os programas fornecem instâncias que estimulam os jovens a mudar suas perspectivas de vida, brindando-os com acesso a oportunidades de conclusão do ensino regular, de formação profissionalizante e de acesso ao primeiro emprego formal, assim como de desenvolvimento de suas capacidades físicas, artísticas e de relacionamento interpessoal. Esse conjunto de ações toma lugar em centros de cidadania, juventude, prevenção à criminalidade ou espaços similares, sendo executado por organizações da sociedade

civil selecionadas mediante processos competitivos. Em alguns casos, os recursos são transferidos aos municípios, em outros, os próprios Estados financiam as ações. O seu sucesso passa pela efetiva participação das autoridades de âmbito local, que referem os jovens aos serviços e contribuem com as condições para implantar esses centros, como a doação de espaços físicos e a cessão de terrenos. Paralelamente, são os municípios as entidades responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto para jovens infratores de menor perigo.

Como coluna vertebral das iniciativas municipais está o fortalecimento – ou apoio à criação – de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, que funcionam como instâncias articuladoras dos esforços municipais, estaduais e federais, o que, por sua vez, permite coordenar os recursos humanos, físicos e financeiros em função das prioridades locais. Assim é evitada a duplicidade de ações nos territórios e se facilita a identificação das lacunas que abrem brechas para atividades ilícitas e comportamentos violentos.

Nesse contexto, vale mencionar dois exemplos de cidades que vêm implementando estratégias integrais de prevenção da violência com apoio do BID e do Banco Mundial. O Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo/RS do BID tem apoiado a promoção da melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade gaúcha mediante de ações integradas de: (i) requalificação e revitalização urbana e ambiental de suas principais áreas; (ii) desenvolvimento econômico local;

e (iii) prevenção da violência. Este último componente teve como objetivo contribuir para a adoção de uma política integrada de segurança pública no âmbito municipal e a implementação de ações de prevenção e controle da violência em bairros com maior número de homicídios. Essas iniciativas incorporaram atividades de: (a) gestão de informação e conhecimento com a criação de um observatório do crime e da violência; (b) fortalecimento institucional, com a execução do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública e a instalação de um fórum municipal de segurança para a validação e o monitoramento do plano; e (c) prevenção social da violência com apoio socioeducativo, técnico-profissional, recreativo, desportivo e de formação em valores para jovens, formação de mulheres mães de família como agentes de mudança em relação à violência e fortalecimento de serviços de resolução de conflitos. Para garantir a participação comunitária, o fórum foi criado com a participação de lideranças comunitárias, associações de moradores, sindicatos e entidades de classe, entre outras instituições públicas, privadas e religiosas.

Já o projeto Melhoria da Governança e da Qualidade de Vida em Teresina, no Piauí, financiado pelo Banco Mundial, incluiu um programa de formação de equipes locais em temas de crime e violência que ajudou a sensibilizar os próprios gestores do projeto sobre a importância da inclusão de atividades de prevenção juntamente com as obras de saneamento e urbanização previstas originalmente. A partir desse programa de formação inicial, que teve como foco a revisão de boas práticas de prevenção de

violência juvenil e de experiências internacionais, o projeto realizou um diagnóstico local e participativo da violência na cidade, identificando não apenas os locais e problemas mais urgentes, bem como as propostas de soluções vindas das comunidades. Com base nesse diagnóstico, será desenhado um plano municipal de prevenção que já contempla intervenções de geração de renda para jovens e mulheres, programas culturais e educativos e o estabelecimento de um comitê de gestão integrado para administrar todas essas ações.

Esses dois exemplos abarcam uma série de lições aprendidas por ambos os organismos na implementação de projetos com componentes de prevenção da violência no Brasil e na região, durante as últimas décadas. Retratam, entre outras coisas, um amadurecimento acerca da necessidade de fortalecer mecanismos de participação e o desenho de diagnósticos que permitam respostas baseadas em evidência empírica de outros lugares, mas adaptadas aos contextos locais e com maior chance de sustentabilidade devido à apropriação por parte dos cidadãos dessas cidades⁶.

CONCLUSÃO

Organismos internacionais como Banco Mundial e BID vêm cada vez mais investindo em projetos de segurança cidadã na América Latina e no Brasil. Nesse processo, é crescente o reconhecimento do papel estratégico dos governos locais na redução e prevenção da violência, apostando em intervenções baseadas em evidências que com-

provam a efetividade em investir no nível local e comunitário. Por outro lado, os próprios governos municipais estão assumindo progressivamente o seu papel na promoção da segurança dos cidadãos e demandando apoio nessa área.

As duas organizações buscam contribuir, com seus produtos de conhecimento e financiamento de programas de reforma e de investimento, para a melhoria da qualidade, efetividade e eficiência das políticas públicas e das instituições responsáveis pela segurança cidadã no Brasil e na América Latina como um todo. A visão compartilhada consiste em garantir as condições para que os cidadãos gozem de uma vida segura e sem medo, apoiando-se no crescimento econômico e no desenvolvimento social. Tal visão reconhece que sem segurança não há desenvolvimento sustentável.

Hoje, portanto, o momento é propício para maiores investimentos em programas de diferentes esferas da gestão pública, assim como para prestar apoio técnico a governos locais para conter e prevenir as consequências nefastas da violência. Vale ressaltar, no entanto, que municípios não podem enfrentar esses desafios sozinhos. Uma resposta integrada requer a contínua cooperação com governos estaduais e com o Governo Federal em programas de segurança. Por fim, parcerias com a academia e a sociedade civil e investimentos em pesquisa e avaliações também são fundamentais para que os resultados atingidos sejam sustentáveis no longo prazo.

1. Este artigo expressa a opinião de seus autores e não representa uma posição oficial das instituições às quais estão vinculados. Está baseado exclusivamente na experiência do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil e na América Latina.
2. *Homicide Monitor*, baseado em dados da UNODC. Disponíveis em: <<http://homicide.igarafe.org.br/>>.
3. *Dados da ONU e do Banco Mundial*. Disponíveis em: <<http://data.worldbank.org/topic/urban-development>>.
4. Entre tais autores, Tamesani (2016) destaca Hammergren (2003), Leeds (2007) e Bayley (2006).
5. Em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (WDR), de 2011, “Conflito, segurança e desenvolvimento”, o Banco Mundial colocou a segurança como uma questão crítica ao desenvolvimento global. Esse documento foi acompanhado por vários estudos especiais sobre crime e violência em regiões e países específicos, dentre os quais o Brasil, por exemplo “Por um Brasil mais seguro” (2012); “O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs” (2012); e “Delegacias de polícia e violência doméstica: evidência do Brasil” (2012).
6. A autora também aponta que há poucos estudos que examinam o papel e o desempenho dessas agências internacionais no campo específico da reforma do setor da segurança pública, indicando uma tendência a soluções generalistas para os diversos países, com a promoção de uma agenda “[...] desconectada com os arranjos locais organizacionais, institucionais e culturais” (TOMESANI, 2016, p. 5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATO, C; SILVEIRA, A. M. Effectiveness and evaluation of Crime Prevention Programs in Minas Gerais. **Stability: International Journal of Security and Development**, v. 3, n. 1, 2014.

CARBONARI, F.; WILLMAN, A.; LIMA, R. S. **Learning from Latin America**: policy trends of crime decline in 10 cities across the region. Newark: University of Delaware, 2016. Mimeo.

CERQUEIRA, D. et al. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Nota Técnica, n. 18. Brasília: IPEA, maio 2016.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2015.

GAMBI, M. O. Costos del delito según el método contable: un estudio comparado de los casos de Chile, Costa Rica, Honduras, Paraguay y Uruguay. In: JAITMAN, L. (Ed.). **Los costos del crimen y la violencia en el bienestar de America Latina**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2016.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA; FBSP. 2016. **Atlas da Violência**. Nota Técnica 17. Brasília: IPEA.

LAPOP - Latin American Public Opinion Project. **The po-**

litical culture of democracy in the Americas: democratic governance across 10 years of the Americas barometer. Nashville, TN: Vanderbilt University, 2015.

LIMA, R. S. et al. **Relatório de Consultoria para o Banco Mundial**. Brasília, 2016. Mimeo.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Ministério da Justiça. **Índice de vulnerabilidade juvenil e desigualdade social**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Seguridad, justicia y paz**: Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal. México, 2016.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 de julho de 2016.

TOMESANI, A. M. Foreign aid and security sector reform in Latin America. 2016. 62f. **Relatório de Qualificação** (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/27007552/Foreign_Aid_and_Security_Sector_Reform_in_Latin_America>. Acesso em: 26 jul. 2016.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide 2013**: trends, context, data. Vienna, Austria: UNODC, 2014.

Uma perspectiva multilateral para a prevenção da violência na América Latina

Flávia Carbonari, Gregor Wolf, Joan Serra Hoffman e Dino Capriolo

Resumen

Una perspectiva multilateral para la prevención de la violencia en Latino América

Este artículo presenta una perspectiva de agencias multilaterales sobre la seguridad ciudadana en Latino América y, específicamente, en Brasil. Basado en la experiencia del Banco Mundial y del BID, discute el acercamiento teórico y la estructura operacional de las dos instituciones en la agenda de seguridad, enfatizando la importancia de las inversiones en prevención de la violencia, especialmente enfocada en los jóvenes. Hace una reflexión sobre el potencial y el deber de las multilaterales en la promoción de la seguridad ciudadana en la región y discurre sobre los diferentes mecanismos de cooperación empleados. Finalmente, destaca la vocación de los municipios en la prevención de la violencia, resaltando la importancia del apoyo de los organismos internacionales a gobiernos locales para la promoción de ciudades y países más seguros.

Palabras clave: *Prevención de la violencia. Organismos internacionales. Violencia juvenil. Seguridad ciudadana. Municipios y seguridad ciudadana.*

Abstract

A multilateral perspective for violence prevention in Latin America

This article presents a perspective of multilateral agencies in citizen safety in Latin America and specifically in Brazil. Based on the experience of the World Bank and the IDB, the theoretical approach and operational goals of these two institutions for the safety agenda is discussed, emphasizing the importance of investment in violence prevention with a focus on youths. The article addresses the potential and duties of multilateral agencies in promoting citizen safety in the region and examines the different mechanisms of co-operation used. Lastly, the vocation of cities in violence prevention is highlighted, emphasizing the importance of the support of international organs and local governments in promoting safer cities and countries.

Keywords: *Violence prevention. International Organs. Youth violence. Citizen safety. Cities and citizen safety.*

Data de recebimento: 15/08/2016

Data de aprovação: 09/09/2016

